

## (COM)-VIVER NA EDUCAÇÃO E NA SOCIEDADE COM AS DIFERENÇAS DE GÊNERO

(COM) - VIVE EN LA EDUCACIÓN Y EN LA SOCIEDAD CON DIFERENCIAS DE GÉNERO

Ademir Bernardino da Silva<sup>1</sup>  
Andre Alonso Marques<sup>2</sup>  
Simoni Urnau Bonfiglio<sup>3</sup>

**RESUMO:** (Com)-viver com quem foge às normas – diferença de gênero, não tem se mostrado tarefa fácil, tanto no âmbito educacional quanto no social, merecendo grande atenção quanto aos direitos humanos e à cidadania. Para tal reflexão, debruçamo-nos em compreender como este conviver com as diferenças, pode ser um propositor da premente reflexão quanto à construção de normas e dicotomias de gênero, que de uma forma ou outra, pode ser um fator de exclusão e ou evasão escolar. Nesse sentido, o papel tanto do psicólogo educacional quanto de todos os agentes desse contexto, passa a ser o de um disseminador de ideias, assim como fomentador de discussões quanto às identidades e à teoria *queer*. A isso, metodologicamente, a pesquisa bibliográfica foi desenvolvida, tendo um cunho qualitativo, a fim de evidenciar a importância de tal temática e do acolhimento afetivo dos indivíduos que transitam nesse local, pois é perpassando essa realidade que podemos propiciar um compartilhamento e recepção das diferenças, dos sujeitos que fogem à norma, considerando todos os indivíduos, suas demandas, realidades e valores. Discutir os padrões de pensamento cisheteronormativo, perpassa em tratar de assuntos, tais como: homossexualidade, bissexualidade, transsexualidade, assim como as diversas formas e expressões de gênero, que se encontram presentes tanto no social quanto no educacional.

**Palavras chave:** convivência; psicologia; normas de gênero; psicologia educacional; contexto educacional; teoria *queer*.

**RESUMEN:** (Con) -viviendo con los que están fuera de las normas- la diferencia de género, no ha resultado ser una tarea fácil, tanto en el ámbito educativo como social, mereciendo una gran atención en materia de derechos humanos y ciudadanía. Para tal reflexión, nos enfocamos en entender cómo esta convivencia con las diferencias puede ser un proponente de una reflexión urgente sobre la construcción de normas y dicotomías de género, que de una u otra forma pueden ser un factor de exclusión y / o abandono escolar. En este

<sup>1</sup> Psicólogo docente da UNIFEBE- Brusque. Mestre em Psicologia. E-mail: psicologia@unifebe.edu.br.. Fone (47) 9989-9501

<sup>2</sup> Acadêmico de Psicologia UNIFEBE - Brusque SC. E-mail andremarquesnet23@gmail.com. Fone (47) 99638 3872.

<sup>3</sup> Psicóloga docente da UNIFEBE - Brusque SC. Mestre em Educação UFPB.Doutoranda PPGECT- UFSC. Psicologia Clínica em Gestalt terapia. E-mail: simonibon7@gmail.com. Fone: (47) 99993- 6675.

*sentido, el papel tanto del psicólogo educativo como de todos los agentes en este contexto pasa a ser el de divulgador de ideas, así como de promotor de discusiones sobre identidades y teoría queer. Para ello, metodológicamente, se desarrolló la investigación bibliográfica, de carácter cualitativo, con el fin de resaltar la importancia de esta temática y la acogida afectiva de las personas que se mueven en este lugar, ya que es a través de esta realidad que podemos brindar un compartir y recepción de diferencias, de sujetos que escapan a la norma, considerando a todos los individuos, sus demandas, realidades y valores. Discutir los patrones del pensamiento cisheteronormativo impregna el abordaje de temas como: la homosexualidad, la bisexualidad, la transexualidad, así como las diversas formas y expresiones de género, las cuales están presentes tanto en términos sociales como educativos.*

**Palabras Clave:** *coexistência; psicologia; normas de género; psicologia educacional; contexto educativo; queer teoria.*

Não há possibilidade de pensarmos o amanhã, mais próximo ou mais remoto, sem que nos achemos em processo permanente de imersão do hoje, 'molhados', do tempo que vivemos, tocados por seus desafios, instigados por seus problemas, inseguros ante a insensatez que anuncia desastres, tomados de justa raiva em face das injustiças profundas que expressam, em níveis que causam assombro, a capacidade humana de transgressão da ética (FREIRE, 2020, p.117).

## 1 INTRODUÇÃO

Após advento da COVID-19, a sociedade como um todo demandou, de certa forma, fazer um movimento de adequação e/ou adaptação de suas práticas, tanto sociais quanto laborais, para tal foi necessário um olhar atento às necessidades e valores que há muito pareciam estar do lado de fora, tanto da sociedade como do contexto escolar, por exemplo: o respeito e a solidariedade, que dependem de um fazer individual e social. Assim sendo, novamente a sociedade e, por conseguinte a escola se imbricam nessa tarefa, pois este é um espaço de (COM)-VIVÊNCIA que pode ou deve proporcionar discussão, reflexão e análise de tudo que é experienciado.

Inicialmente, salientamos que quando nos referimos à (COM)-VIVÊNCIA estamos mencionando o vivenciar e o compartilhar que depende, por vezes, do contato que só é possível no experienciar, do que é seu e do outro, em um movimento empático, apesar e independente do (CIS)tema,<sup>4</sup> do local ou do contexto ao qual pertencemos. Para tal, nos debruçamos no problema de pesquisa que está relacionado a compreender como este conviver com as

<sup>4</sup> CIStema é o termo usado para se referir ao sistema cisheteronormativo da sociedade, no qual entende como normal o sujeito cisgênero e heterossexual.

diferenças, pode ser um propositor da premente reflexão quanto à construção de normas e dicotomias de gênero, que de uma forma ou outra pode ser um fator de exclusão e ou evasão escolar.

A isso foi necessário analisar tal contexto, sua realidade e demanda e buscar meios para proporcionar reflexão quanto às possibilidades de discussões que norteiam os temas que se mostram incluídos nesse cenário, assim como de compreender o papel dos agentes educacionais e da psicologia escolar.

Quando tratamos da diferença de gênero, estamos mencionando os sujeitos que fogem às normas estabelecidas pela normatização da cultura que reiteram verdades presentes em todo contexto social. Nesse sentido, ao nos referir a isso, podemos conceber uma não verdade ou não aceitação, e a escola de certa forma, por classificação separa os meninos das meninas, o certo do errado, o bom do ruim, como nos alerta Louro (2014), reiterando, mesmo sem desejo, um movimento de exclusão ou evasão.

Para isso, a atuação da Psicologia na escola passa a ter uma incumbência, a de proporitar um compartilhamento e um olhar atento às questões que podem interferir ou corroborar para esse movimento, que deve ser de inclusão e de acolhimento, afinal se torna premente conviver com as demandas, sexualidades e verdades, que em contato com o outro gera uma experiência e uma experimentação do que é SER um sujeito no social.

Portanto, a psicologia como ciência passa a ter um papel de atuação independente do local, ou do sujeito, pois ele traz consigo uma totalidade em sua dimensão biopsicossocial e transcendental que deve ser levada em conta, visto que o sujeito é um todo existencial. Inclusive salientamos a importância da reflexão de como é conviver com a diferença de gênero no contexto educacional e na sociedade, não reiterando práticas e discursos de violência que segregam, excluem e determinam verdades, como salienta Bento (2011).

A isso, vale destacar a importância dos dirigentes e coordenadores desses contextos educacionais, os quais podem abrir espaço para que estes trabalhos sejam realizados, priorizando temas que a princípio não fazem parte das grades curriculares e dos conteúdos, que estão postos a serem desenvolvidos, propiciando a oportunidade de todos-todas e todes<sup>5</sup> estarem em (COM)- vivência no lugar primo de aprendizagem que é no ambiente educacional. Compreendemos, nesse sentido, que esse movimento nos leva a uma humanização das relações, alicerçando o direito à cidadania humana de toda sociedade.

## **2 PRÁTICAS EDUCACIONAIS DICOTÔMICAS**

Ao tratar da educação, nos colocamos em um lugar do qual nem sempre podemos nos considerar confortáveis, pois nesse contexto estão implícitos todo e qualquer fator interveniente, por abarcar sujeitos e necessidades diversos e adversos, por vezes.

Nesse sentido, vale destacar a premente necessidade em se discutir teorias que ultrapassam as tidas como convencionais, exemplo disso, a teoria

---

<sup>5</sup> Nova forma neutra de gênero gramatical, sem definição de gênero (masculino e feminino), que busca inclusão de pessoas não-binárias.

*queer*<sup>6</sup> tanto nas academias de formação universitária quanto em qualquer outro contexto educacional, afinal são esses lugares que necessitam alicerçar os sujeitos que são afetados por reiteraões de gênero, os quais sofrem violências por estarem contidos em um (CIS)tema que há muito perpetua tais atitudes, por vezes amparados por outras áreas do conhecimento, tais como: as médicas, terapêuticas, jurídicas e ou sociais.

Quando nos reportamos às violências na educação estamos nos referindo ao não cumprimento de alguns direitos básicos, que fazem parte da dignidade humana dos sujeitos, por exemplo, o uso de um toalete. Imaginemos um sujeito que traz em sua aparência e atitude, o oposto que se espera do gênero, e esse mesmo *SER*<sup>7</sup> é colocado a se sujeitar a usar o ambiente determinado pelo (CIS)tema como seu. Quanto desconforto e constrangimento, quanta angústia gera, ao ter que naturalizar o que não é mais naturalizado, e assim mesmo conviver com possíveis violências dos demais, que por falta de conhecimento e ou outros motivos, não aceitam tal convivência.

Todas concepções de homem e mundo dadas em contextos sociais, estão inevitavelmente em ambientes educacionais. Desde a educação infantil, para muitos alunos, a escola é uma das grandes referências de sociedade. Por isso, é importante tensionar lugares que são de normativa para o fazer pedagógico, pois Louro (2014) nos alerta quanto à construção das diferenças dentro das escolas, na qual são formadas identidades e construídas subjetividades. Elas são constituídas por meio de sinais, regras, normas, modos de sentar-se, comportar-se e até mesmo a forma como meninos e meninas seguram o lápis e a caneta, atividades de recreação, fila separada por gênero, uniformes diferentes e até mesmo o uso dos toaletes.

Essas e outras situações ocorrem, ou podem suceder, diuturnamente nesses centros de educação, onde o sujeito que foge à norma de gênero convive, na qual as diferenças físicas e comportamentais, levam alguns sujeitos a se sentirem à margem da sociedade, sem que sejam considerados seus direitos básicos, quanto à educação e à cidadania. Ao negar tais direitos que se ampliam aos raciais, tal qual os sexuais, reproduzimos sistematicamente a cisheteronormatividade.

Concomitante a isso, na atualidade, as práticas e ações da sociedade estão repercutindo na educação, pois não podemos mais conceber tais diferenças, afinal a escola abriga os ‘Seres’ que transitam no mundo, acolhendo, de certa forma, suas demandas e aspirações. As variáveis as quais estamos tendo que enfrentar são muitas, pois com o advento da internet e das tecnologias, a população como um todo precisou de certo modo, adequar-se ao mundo *técno*,<sup>8</sup> o qual vivemos e com isso, necessitou novamente adequar-se e adaptar-se. A tecnologia proporciona um aumento de possibilidades quanto à

<sup>6</sup> Teoria *queer* surge na década de 80 quando adentra aos campos de saber enquanto uma metodologia de análise em relação às performatividades de gênero cunhada principalmente por Teresa de Lauretis (1994) e Judith Butler (2021).

<sup>7</sup> Sujeito, indivíduo, repleto de sua subjetividade e individualidade, com identidade própria.

<sup>8</sup> Técnicas, instrumentos, ferramentas, descobertas, conjunto de crenças, expectativas, vocabulários, explicações e recursos que alimentam a tecnologia advinda da interação do sujeito com a mesma (KELLY, 2012).

criação, ideias e coisas, e diante dessas inúmeras opções temos as escolhas e oportunidades, que são múltiplas.

O homem cuja vida é inteiramente dedicada à execução de poucas operações simples, cujos resultados são sempre os mesmos, ou quase, não tem oportunidade de exercitar a sua própria inteligência. Por isso, perde naturalmente o hábito de tal exercício e geralmente se torna obtuso e ignorante tanto quanto uma criatura humana pode se tornar (SMITH *apud* DE MASI, 2011, p. 34).

Nesse sentido, John Dewey nos alerta que “Educar significa enriquecer as coisas de significado” (*apud* DE MASI, 2011, p. 87) enfatiza, a importância de ensinar à humanidade a dar sentido às muitas coisas que já possui em vez de gastar energia para obter novos bens, ao mesmo passo em que não desfrutou até o fim daqueles que já estão à sua disposição. E a isso convém ressaltar que:

Até agora demos preferência à infinita acumulação, que vem depois do compartilhamento da riqueza e do prazer dos bens conquistados. **Nas escolas de negócios do mundo tudo é ensinado somente como adquirir cada vez mais bens e mais poder, como subir na hierarquia empresarial, como acumular para investir.** As revistas de moda, dirigidas tanto a homens como a mulheres, são um contínuo estímulo ao desperdício, ao colecionismo inútil, à ostentação do luxo (*ibidem*, p. 87, grifos nossos).

Contudo, o sociólogo-autor acima referido, enfatiza a importância de se atribuir sentido às coisas do dia a dia, muitas vezes tão belas e simples, iguais e diferentes, porém depreciadas pelo consumo cotidiano que de certa forma encharca toda a sociedade e por conseguinte os agentes educacionais, levando a atenção de todos para o que conquistará e não no que pode proporcionar subjetivamente para outrem.

Indiscutivelmente estamos sendo colocados a refletir e perscrutar soluções que sejam mais condizentes a esses novos tempos, buscando soluções que sejam pertinentes a tudo que nos rodeia. Na educação esse movimento não se mostra diferente, pois a todo tempo estamos sendo levados a ultrapassar barreiras e arranjar soluções que estejam adequadas, principalmente após advento da COVID-19, com as aulas em modalidade *take-home*, levando a todos para um lugar de estreitar espaços, que antes não se mostravam presentes.

Ao tratar sobre os ‘inimigos da felicidade’, De Masi (2011) destaca a desorientação que acomete todos os povos do mundo, fruto da rapidez e da multiplicidade das mudanças provocadas pela poderosa ação do progresso científico e tecnológico, pelas guerras mundiais, pelas revoluções proletárias, pela escolarização e pelos meios de comunicação de massa. Tal desorientação acaba por comprometer a esfera econômica, cultural, pessoal, sexual e familiar, uma vez que os desorientados têm uma profunda sensação de crise e, conseqüentemente, são incapazes de planejar o próprio futuro. Com isso: “Quando uma pessoa, uma família, um país para de pensar no futuro, dá lugar a

que outro o programe. E não o fará por altruísmo, mas por interesse próprio” (DE MASI, 2011, p. 102).

A isso, ressaltamos que a impregnação cultural, isto é, a absorção do social (da sociedade), como verdade, se faz pelo conjunto das integrações que são produzidas no ambiente, no qual o indivíduo está imerso sem que o adulto tenha consciência da Educação, isto é, da ação educativa a qual está exercendo. Prova disso é que na Idade Média a socialização da criança não se fazia principalmente na família, mas em um círculo comunitário amplo, relacionando-se cotidianamente com o mundo dos adultos. A isso, a escola passa a reproduzir as normas de transmissão cultural produzindo ações da sociedade. Nóvoa (1991) afirma que a escola a partir do século XVI apresenta duas dimensões em que: “[...] a primeira, que vê a dominação da escola pela igreja, dura até a segunda metade do século XVIII; e a segunda, onde a escola está a cargo do Estado, estende-se até nossos dias” (p.114).

Quando concebemos que as mudanças e transformações nos afetam, e de certa forma nos altera, passamos a compreender que o conhecimento muda, assim como os sujeitos que estão envolvidos nesse processo, tanto docentes quanto discentes também podem se transmutar. Diante dessa consideração as diferenças, ou quem foge das normas passam a fazer parte das discussões que abarcam a humanidade, por se tratar de um *Ser* que carece de humanização em seu tratamento, afinal este é um direito humano e deve ser preservado.

A identidade social, segundo Dubar (2009), é sinônimo das categorias de pertencimento às quais reconhece a evolução das estruturas sociais, na qual os comportamentos, atitudes e opiniões são parte do processo de estabelecimento de uma categoria. Para Durkheim (*apud* DUBAR, 2009) seria a maneira de ser e agir, sentir e julgar os fatos sociais.

Para tratar da identidade o autor supradito, traz à luz o conceito de identidade, como: configuração Nós-Eu (NORBERT ELIAS); formas comunitárias e societárias (WEBER) e tipos de formação social (MARX). Quando tratado da identidade no século XX surge a crise da própria identidade em função da forma como a mesma se estabelece, assim como pelo fato da sociedade estar a todo tempo agindo e interferindo nos sujeitos, estabelecendo normas e definindo o que é normal e anormal, aceitável ou inaceitável, norma ou fora da norma.

O importante é se compreender que uma identidade seja vista de forma inseparada das crenças, filosofia e religião, já que emerge e inclui outrem como se fosse o interior do EU e do OUTRO. O que se deve evitar dessa relação é a crise, fruto do engajamento moral e as convicções que por vezes tiranizam e dominam os sujeitos por ela envolvidos, advindo de ameaças e desesperos, como ressalta Dubar (2009).

Quando em crise, os sujeitos ficam à prova de sua própria identidade precisando escolher o que fazer de si e do outro tanto nos aspectos sociais como de sua existência pessoal. Essa crise ocorre em diversos âmbitos, passando por momentos históricos e ultrapassando barreiras tanto na sociedade como no trabalho, e isso de certa forma, marcou gerações que por causa disso estabeleceram diretrizes de vida, por exemplo, na utilização de pílulas anticoncepcionais. As famílias, assim como as escolhas sexuais, todavia, também foram marcadas, afinal a interiorização dos preceitos éticos e morais,

atingiram de forma profunda a intimidade dos sujeitos que viveram cada etapa de vida social, e por conseguinte, pessoal (DUBAR, 2009).

Sloterdijk (2019) ressalta a importância de se refletir na sociedade contemporânea, que o indivíduo se distingue pelo seu valor existencial, assim como se difere de outros seres humanos, não só em termos graduais, mas dimensionais, isto é, ao desenvolver a criatividade, este sujeito adquire a competência de deixar no mundo sua alma inteligente e mesmo com sua morte seu legado permanece intacto, partindo das novas criações renováveis, que diz respeito à relação entre as inteligências criativas e o mundo.

Tal elaboração, nesse sentido, possibilita no contexto educacional o desenvolvimento de uma afetividade inclusiva e acolhedora, como afirma Bonfiglio e Bazzo (2020, p. 87), “[...] se olharmos para a educação contemporânea podemos nos deparar com esta realidade, repleta de afazeres sem propósito desconectados da verdadeira razão do existir”, é para isso que se busca ultrapassar tais barreiras, onde se torna pertinente atualizar concepções e preceitos a muito estabelecidos, afinal tirando o peso de normal e anormal das costas dos sujeitos, estamos libertando-os para viver sua vida, e essa possibilidade transita na reflexão, análise e conhecimento que ultrapassa os pátios das instituições de ensino.

Nesse sentido, tudo passa a funcionar como um código social reforçando a identidade do grupo, assim como regulando a diferença entre os grupos sociais no qual o código não é imutável, pelo contrário, está em constante e permanente mudança em decorrência da evolução social. A cultura, por sua vez, não se constitui como sistema autossuficiente, pois depende do ser biológico, em que a produção do homem é o resultado das combinações geneticamente determinadas em um ambiente cultural.

Assim sendo, somos capazes de ir ao encontro de vislumbrar uma educação, e psicologia, assim como uma sociedade, como parte de um (CIS)tema, o qual proporciona o rompimento das produções rasas, alcançando as tão necessárias transformações, tanto individuais quanto coletivas, que levarão a minimização de lacunas no que diz respeito ao acolhimento e individualidade de cada Ser, proporcionando-os dignidade humana.

Nesse ínterim, Nóvoa (1991) corrobora afirmando que desde aquela época o indivíduo, a partir do momento em que pertence a um grupo, faz parte de uma cultura e transmite de forma coletiva e seu viver e compreender, dando significação a sua existência.

A isso

A cultura deve ser reproduzida em cada indivíduo novo em seu período de aprendizagem para poder autoperpetuar-se e perpetuar a grande complexidade social; a sociedade é um sistema fenomenal dotado de uma memória geradora/regeneradora: a cultura” (NÓVOA, 1991, p. 109).

Portanto, (COM)-viver, com as diferenças, ou com quem foge às normas, nesse sentido, passa a configurar-se como uma prática da perspectiva humanística e da qualidade de vida da sociedade que tem por missão uma educação libertadora, capaz de formar sujeitos que refletem e analisam suas possibilidades e realidades. A isso, o espaço escolar, passa a ser um local de

discussão dos padrões hegemônicos que é o pensamento cisheteronormativo, o qual trata a respeito de assuntos tais quais: homossexualidade, bissexualidade, transexualidade, assim como das diversas formas e expressões de gênero, presentes na sociedade como um todo.

Tais assuntos geralmente não são abordados cotidianamente nos âmbitos escolares, em função destes, por vezes, serem concebidos como presentes somente nas camadas mais profundas, por causa do ultraconservadorismo o qual deslegitima tais discussões, assim como pela falta de domínio e entendimento quanto às concepções e ao conhecimento. Para tal a psicologia como ciência pode cumprir esse papel, o de imbricar o social e o educacional, e ao mesmo tempo trazer à tona discussões que propositam o acolhimento deste Ser no contexto educacional e, por conseguinte, na sociedade.

Apesar de infinitos questionamentos que nos fazemos como profissionais da Psicologia, buscamos abrir espaços de reflexão e ação, propondo trabalhos e ações que podem, mesmo a passos lentos, levar-nos a proporcionar muitas análises quanto às transformações tão necessárias. Tais necessidades sociais estão presentes tanto de forma material, quanto subjetiva, e tudo isso faz parte do contexto educacional, pois fomenta ideias e pode servir como base para um trabalho, acessando pessoas que buscam compreender e quiçá aceitar as diferenças de gênero.

### 3 AS NORMAS DE GÊNERO E O AMBIENTE EDUCACIONAL

Propomos neste espaço, pensar sobre as normas de gênero, fundamentado centralmente dos estudos de Judith Butler, que em sua obra Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade (2021), empreende a concepção de que gênero é a reprodução cultural de expressões e atributos, por isso não é natural, e sim construído.

Assim, citamos:

[...] o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/ cultural pelo qual a “natureza sexuada” ou o “sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura [...] Essa produção de sexo como pré-discursivo deve ser compreendida como efeito do aparato de construção cultural que designamos por gênero (BUTLER, 2021, p 27 e 28).

Partindo da premissa, na qual gênero é anterior à existência, podemos compreender que a violência e suas reiterações também se iniciam antes da materialização do gênero. A pré-discursividade é o conjunto de entendimento sócio-histórico que normaliza a compreensão de que o gênero é concebido a partir de formas do corpo.

Diante do pensamento de Foucault (1987) percebemos que necessitamos olhar para as práticas cotidianas, dadas como normais e corriqueiras, para que, assim, possamos questionar tais condutas, porque é por meio da disciplina que ocorre a fabricação desses indivíduos. Inclusive na linguagem, que também é uma fabricante dessas normas, pois é entendido como o normal, falar no



masculino quando nos referimos a várias pessoas em uma sala, por mais que sejam em maioria de mulheres, a tendência é que falemos, ‘todos’. Ou até mesmo, quando nos reportamos à nossa espécie e tratamos ‘o homem’. É esse entendimento de gênero que nos dita normas e atravessa a vivência desse Ser (sujeito, indivíduo, pessoa) dentro da convivência escolar, isso é constantemente reproduzido, ensinado e naturalizado.

O humanismo ocidental construiu uma dicotomia de corpo e alma, mente e espírito e natureza em oposição à cultura, no qual a determinação da aparência do corpo do sujeito atravessa essas definições. Como se os corpos portassem uma essência desde o nascimento, e a cultura que disfarça essa natureza essencial, e não que tais regulações são tão construídas quanto à cultura.

Sabendo que a cultura tem grande influência nas marcas dos corpos, simbolizam, trazem significados, e que mudam no decorrer da história, e que essas mesmas culturas divergem sobre tais símbolos, comportamentos, códigos e normas. As marcações em corpos são feitas desde sempre, não se trata aqui de negá-las, mas sim de expor o quanto são flexíveis e fluidas, ao depender da cultura.

Os sujeitos se diferenciam, entre outras coisas, por marcas e corpos distintos que são construídos concomitantes com sua vivência. Eles se distinguem por tatuagens, por piercing, por próteses que aumentam ou diminuem determinada aparência física, seja no seio, seja nos glúteos, nariz, até mesmo em regiões íntimas. São essas diferenciações que são usadas para serem ou não incluídas em determinados contextos e espaços sociais, tendo ou não direitos em diversas dimensões da sociedade.

Esses corpos são marcados fortemente pelo olhar do outro, daquilo que este tem como regra, como símbolo, daquilo que o outro entende como normal e anormal, ou melhor, daquilo que a cultura do outro o constituiu como normal ou anormal, até o ponto em que alguns sujeitos que são codificados como anormais são escolhidos para viver ou morrer.

A isso questionamos: Qual é a linha que define quais dessas marcas nos corpos são ou não concebidas como normais? Qual é a linha que diferencia corpos que são autorizados ou não a receber uma prótese de seio? Essa mesma linha que permite determinados corpos faça mudanças das mais extremas e diversas sem que seus direitos mais básicos sejam negados? Dentro do ambiente educacional, alguns corpos que carregam próteses visivelmente ou que foram realizadas mudanças no rosto não são questionados ou julgados, enquanto outros que fazem as mesmas intervenções em corpos diferentes, são.

Muito mais que olhados e estigmatizados, são violentados radicalmente, dentro e fora da escola. As organizações que trabalham diretamente com o enfrentamento a essas violências têm, cada vez mais, se preocupado com o aumento de violência às pessoas trans e travestis, evidenciando que este ‘anormal’ ainda é visto como corpo abjeto, como ser que não existe e que não precisa ter seus direitos básicos salvaguardados. Em seu último boletim a Antra<sup>9</sup> (2021) reiterou:

<sup>9</sup> ANTRA: Associação Nacional de Travestis e Transsexuais.

O país naturalizou um processo de marginalização e precarização para a aniquilação das pessoas trans. Em 2020, a ANTRA encontrou um número recorde de assassinatos contra travestis e mulheres trans, com um total de 175 casos. Se consolidando como o ano com o maior número de assassinatos contra essa parcela da população. O ciclo de violência que afeta travestis e mulheres trans se assemelha na medida em que a morte é o ponto final de uma série de violações anteriores. Qualquer pesquisa simples em um mecanismo de busca na internet, denuncia o quanto a violência direcionada a pessoas trans segue presente no cotidiano dessas pessoas. Assustadoramente, observamos o mesmo cenário em que, 8 entre cada 10 notícias com as palavras “travesti” ou “mulher trans” na aba notícia nos principais mecanismos de busca, encontramos resultados de notícias relacionadas a violência e/ou violações de direitos humanos.

Foucault (2010) analisou este processo que uniformiza alguns corpos e, por conseguinte sujeitos, enquanto normaliza e naturaliza outros. Entendendo como um domínio histórico, em três momentos, no qual a partir do século XVIII começam a se isolar e que se vai introduzindo esse entendimento de anomalia que aos poucos recobre, de certa forma coloniza e confisca a ponto de absorvê-los.

O primeiro conceito, o de ‘monstro humano e monstro moral’, é aquele corpo que viola as leis ‘naturais’ divinas e/ou sociais, é o que põe em xeque as leis, pois não há respostas. Até então no século XVII, a lei era relacionada ao corpo, neste momento está também relacionada à conduta moral, por exemplo, como é possível o corpo do hermafrodita (intersexualidade)? Deveria então escolher um dos sexos, mas muitas vezes a pessoa não se identificava com aquele a que escolheram para ela, e por isso, era vista como anormal por conta de ser hermafrodita.

O campo de aparecimento do monstro é, portanto, um domínio que podemos dizer “jurídico-biológico”. Por outro lado, neste espaço, o monstro aparece como um fenômeno ao mesmo tempo extremo e extremamente raro. Ele é o limite, o ponto de inflexão da lei e é, ao mesmo tempo, exceção que só se encontra em casos extremos precisamente. **Digamos que o monstro é o que combina com o impossível, o proibido** (FOUCAULT, 2010, p. 47 grifo nosso).

Essas concepções de monstros humanos vão se solidificar no decorrer do século XVIII e início do século XIX, e estarão presentes nas técnicas judiciais ou médicas centradas em torno da anomalia.

O segundo conceito que também faz parte dessa anomalia e desse sujeito que é anormal é o indivíduo a ser corrigido, que segundo Foucault (2010) é de maneira geral um sujeito indócil, que tem uma incorrigibilidade. Algo precisa ser corrigido, mas não é possível. Enquanto a referência do monstro é a natureza e a sociedade e as leis que o regem, o contexto do indivíduo a ser corrigido é mais limitado, é a família na manutenção e exercício do seu poder interno, na gestão

e na economia da casa. Esse indivíduo a ser corrigido aparece nessa rede de apoio entre família e vizinhança, nos conflitos de todas essas microssociedades, como escola, bairro, paróquia.

O terceiro momento que o autor supracitado compreende, é o masturbador que tem algumas características específicas. Este se apresenta e aparece no pensamento, no saber e nas técnicas pedagógicas do século XVIII, tem um alcance ainda mais reduzido à família, o quarto, e a masturbação até o século XVIII era entendida como ‘causalidade universal de todos os males’.

Assim sendo:

[...] para situar essa espécie de arqueologia da anomalia, que o anormal do século XIX é um descendente desses três indivíduos, que são o monstro, o incorrigível e o masturbador. O indivíduo anormal do século XIX vai ficar marcado, e muito tardiamente, na prática médica, na prática judiciária, no saber e nas instituições que vão rodeá-lo por essa espécie de monstruosidade que se tornou cada vez mais diáfana, por essa incorrigibilidade retificável e cada vez mais investidas por aparelhos de retificação. E, enfim, ele é marcado por esse segredo comum e singular que é a etiologia geral e universal das piores singularidades. Por conseguinte, a genealogia do indivíduo anormal nos remete a estas três figuras: o monstro, o incorrigível, o onanista (FOUCAULT, 2010, p.51).

Como percebemos nessa arqueologia de Foucault (2010), o processo de (a)normalização de corpos e sujeitos é construído e tem mecanismos de poder que o regulam e o perpetuam para manter interesses e poderes a uma determinada classe detentora. O Poder soberano perde espaço no século XVII e no século XVIII entra a figura do anormal no poder judiciário, que não é uma figura nova, mas sim está categorizada na mesma ordem nessa governamentalidade.

As consequências deste processo de anormalização dos sujeitos são sentidas de modo radical por pessoas que carregam tais indicativos na aparência.

O ambiente educacional entende de desigualdade, diferenças, segregações e exclusões. Na verdade, ele produz isso. Desde o berçário é sabido que as crianças passam por fases de descobertas do próprio corpo e das diferenças corporais que os compõem, e é justamente nesse momento que as concepções de diferenças de gênero começam a ser formatadas. A dicotomia entre os dois gêneros possíveis se inicia centralmente na escola e no âmbito familiar, demonstrados por gestos que parecem sutis na escolarização, na qual é dada a reiteração de ‘normas’ naturalizadas.

A menina que brinca mais com meninos de bola, luta e outras atividades tidas como masculinas, rapidamente é rotulada como uma menina que foge às normas e é mais ‘sapeca’, enquanto o menino que brinca com as meninas de brincadeiras mais delicadas é ‘olhado’ como um garoto diferente, que possivelmente tem características homossexuais. Ou seja, a masculinidade tem um lugar de fragilidade constituído em normas escolares, oportunizadas para reiterar a dicotomia entre gêneros.

O problema é que juntamente a essa dicotomia, são secundadas violências escolares que, por muitas vezes, passam despercebidas por profissionais de educação, por não terem este olhar que transcende o gênero, resultante de uma prática educacional que perpetua o que está posto sem questionamentos.

Assim, essas violências vão sendo repetidas e refeitas até que se tornem naturais. É 'normal', por exemplo, que uma adolescente transexual não consiga usar o banheiro de sua escola, e tenha que recorrer à coordenação e direção para buscar um local para realizar uma necessidade básica e fisiológica. E como tentativa de abafamento de uma questão que emerge dentro da escola, separam um banheiro especial, longe dos outros, para que essa aluna possa realizar algo tão básico que é suprir suas necessidades. O que muitas vezes, acaba afastando-a da convivência comum e a lembrando que a diferença, o estranho, o anormal está nela, e não no (CIS)tema que não está preparado para se deparar com essas e tantas outras dissidências, assim, é reproduzido um constrangimento, logo uma violência psicológica. O resultado disso é o grande número de evasão escolar, no qual Bento (2011) define como expulsão, uma vez que não são dadas condições e meios possíveis para que esses sujeitos que 'fogem à norma' estudem gozando de seus direitos básicos.

Assim sendo:

Imagine o sofrimento de uma criança que acorda, põe o uniforme da escola e, enquanto se prepara, pensa: "mais um dia em que terei que suportar aquele menino me chamando de viadinho; mais um dia em que terei que ficar o recreio inteiro sozinho porque ninguém gosta de brincar e ficar comigo". Essa é a sensação descrita por pessoas que vivem a experiência transexual que entrevistei quando se lembram da escola - instituição lembrada como um espaço de terror: Meu Deus, que horror era tudo aquilo! Eu não saía para o recreio. Eu achava que esse órgão não tinha a menor importância, que todo mundo me reconheceria como uma mulher. Muitas vezes puxavam meu cabelo e eu tinha que brigar, principalmente quando me chamavam de viadinho (Marcela) (BENTO, 2011).

Torna-se necessário que olhemos para a escola como um mecanismo de divisões dicotômicas de gênero, raça, classe, etnia. Seria premente admitirmos que as escolas estão pouco preocupadas com essas controvérsias, agindo muitas vezes, apenas no impedimento de violências físicas com esses sujeitos, ignorando medidas preventivas, discussões em torno de sexualidades, afetividades e identidade de gênero, suprimindo intervenções educacionais, políticas internas de transformações, para que essas desigualdades sejam cessadas.

Sabemos que a construção histórica da escola se inicia por meio de ensino religioso no qual instruíam muito mais que alfabetização, orientavam normas de comportamento, etiqueta, ensino moral e religioso, bem como determinavam como se dirigir ao 'mestre', e se entendia como uma pedagogia que hoje percebemos ser opressora.

Segundo Bazzo (2016), o que cabe à escola é a construção de “[...] um projeto coletivo em que a educação seja ceileiro e promotora de ações que levem em conta todas as variáveis implicadas” (p. 83), e não um espaço de exclusão ou expulsão, isto é, a construção de um lugar que seja capaz de acolher aquele que fogem ao que é determinado como normal.

Nesse sentido, nem sempre imbricar a Filosofia à técnica, à solidariedade às necessidades humanas e o amor à construção da vida para uma sociedade mais igualitária é tarefa fácil. Barros; Filho e Pompeu (2014) nos alertam, que na escola por vezes, o que ensinamos é sobre o mundo em que vivemos, entretanto raramente somos capazes de estimular nossos alunos a relacionarem assuntos diversos com suas próprias trajetórias específicas, e nesse sentido pecamos como docentes, afinal, o que comunicamos muitas vezes está na contramão da sociedade, assim como das variáveis desta equação civilizatória na qual estamos vivendo. Basta olhar a sociedade em que estamos inseridos, assim como as redes sociais, em que os alunos constantemente se alimentam de informações, se expõem e são expostos.

Bento (2011, p. 556) salienta que:

[...] não se trata de “saber conviver”, mas considerar que a humanidade se organiza e se estrutura na e pela diferença. Se tivermos essa premissa evidente, talvez possamos inverter a lógica: não se trata de identificar “o estranho” como “o diferente”, mas de pensar que estranho é ser igual e na intensa e reiterada violência despendida para se produzir o hegemônico transfigurado em uma igualdade natural. Quando compreendemos a produção das identidades de gênero marcada por uma profunda violência, passamos a entender a homofobia enquanto uma prática e um valor que atravessa e organiza as relações sociais, distribui poder e regula comportamentos, inclusive no espaço escolar.

Sendo assim, tanto a sociedade como a escola demandam buscar uma forma de considerar que as dissemelhanças, ou aquilo que se entende como diferente tanto de afetividade, quanto de performatividade de gênero, está posto, e é procurando nas diferenças uma igualdade, em busca de uma equidade de direitos, que estão salvaguardados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação em seu artigo terceiro, o qual preconiza de forma veemente o respeito pela liberdade e extremo apreço pela tolerância.

É justamente aqui que cabe uma intervenção de um profissional da psicologia, e para isso se faz necessário o entendimento desses contextos e conceitos para que não se tenha, nesses casos, um entendimento superficial, que não leva em consideração dimensões que não são superficiais. Dimensões essas que muitas vezes põem em risco a integridade e a vida desses discentes.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho a fundamentação por meio da teoria queer busca questionar como esses padrões em que a cultura ocidental se colocou exclui e

violenta corpos, escolhe aqueles que vão ter acesso a direitos básicos. As causas identitárias, amplamente difundidas hoje, buscam reivindicar por meio de políticas, organizações e coletivos, direitos que foram retirados por um entendimento de cultura, desnaturalizando o fato, por exemplo, de ser uma exceção uma mulher trans na escola, que causa espanto quando deseja usar o banheiro.

As causas identitárias existem por um caráter de urgência. As siglas LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, asexuais, todas outras identidades, afetividades e expressões), são necessárias para que sujeitos que convivem no mundo, sejam enxergados com suas particularidades específicas, que são, de certo modo, demandadas por todo esse contexto de anormalidade<sup>10</sup> que foi criado para Seres que não estão dentro do padrão normal.

Demandas estas, que, por vezes, retiram desses sujeitos, o direito de viver e conviver no ambiente familiar, o direito de ter emprego, e mais radicalmente o direito à própria vida. Vê-se o último boletim N° 002- 2021 da ANTRA (2021), no qual constatou-se que o “Brasil tem 89 pessoas trans mortas no 1º semestre em 2021, sendo 80 assassinatos, 9 suicídios[...], o que nos aponta esse caráter de urgência no qual citamos acima.

Se não reconhecemos que esses sujeitos existem, que trazem demandas específicas e atravessamentos causados pela própria norma cultural da sociedade, e continuamos a negar seus direitos básicos, as segregações se perpetuam, e o papel da psicologia educacional enquanto propositora de um olhar atento às diversas demandas dos sujeitos, continua a negligenciar necessidades, que antes de mais nada, dizem respeito à vida.

Assim, a teoria atravessa a vida e a vivência de Seres que buscam, antes de mais nada, que a vida cotidiana não seja esbarrada por agressões na escola, impedimento de usar o toalete, situações vexatórias que por muito permeiam a rotina dessas pessoas, fazendo de momentos que passam despercebido por muitos, ocasião de tensão e verdadeiro horror, causando traumas e marcas psíquicas seríssimas para quem passa.

Entendemos que o momento político atual é de grande incerteza, e que por vezes, nos vemos de mãos atadas, submetidos a premissas estabelecidas por quem deseja controle e não por quem respeita as diferenças. Não nos cabe aqui adentrar a essas características sociopolíticas, mas sem dúvida, isso nos atravessa, uma vez que há gestores políticos que compactuam com o que eles chamam de 'ideologia de gênero', que nada mais é que uma falácia, pautada em concepções religiosas apoiadas pela ignorância e desinformação de alguns. Porém, apesar disso temos movimentos de teóricos, políticos, de coletivos que se organizam em prol de uma agenda emancipatória, que leva a informação e o esclarecimento de tais temas que estão na sociedade e, sobretudo, nas escolas.

É por e para isso, que trazemos tais discussões e apontamentos, quanto à educação e às normas de gênero e, especialmente, o papel que a psicologia tem de, além de olhar para as atualidades do indivíduo no mundo, conceber e orientar para a promoção de saúde mental e qualidade de vida, o que tem toda relação com o movimento de uma psicologia dentro da educação, no qual propõe

<sup>10</sup> Conceito abordado acima, desenvolvido por Foucault (2010)

um avanço e uma atenção ao aluno, corpo docente e toda equipe educacional e pedagógica.

Aqui optamos por privilegiar as necessidades e as normas de gênero, porém, sem ignorar a interseccionalidade que as demandas sociais, raciais, étnicas e de classe perpassam umas às outras.

Nesse sentido, não é cabível estabelecer regras ou predições, mas propor um movimento de colocar-se no lugar de quem vive tais realidades de modo a proporcionar, por meio da (com)-vivência um espaço de fomentação de ideias quanto às diferenças, em que a soma destas possam resultar em um movimento de sair das zonas de certezas, para o aceite de que os que fogem às normas, fazem parte da sociedade e merecem atenção às suas necessidades.

Ao nos colocar nesse local de incertezas como afirma Bazzo (2016) seremos capazes de navegar em mares nunca explorados, colhendo os frutos maduros que poderão alimentar a todos sem necessariamente provocar guerras ou problemas, afinal, quando não analisamos e ou vivemos no hoje será impossível prospectar e usufruir do amanhã, tal qual trazemos à luz em nossa frase inicial de Freire (2020).

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (Rio de Janeiro) (org.). **Boletim Antra**. Boletim Nº 002-2021. 2021. Assinado por Bruna Benevides e Sayonara Nogueira. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/07/boletim-trans-002-2021-1sem2021-1.pdf>. Acesso em: 5 out. 2021.

BARROS FILHO, Clóvis de; POMPEU, Júlio. **A filosofia explica grandes questões da humanidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.

BAZZO, Walter Antonio; PEREIRA, Luiz Teixeira do Vale; BAZZO, Jilvania Lima dos Santos. **Conversando sobre educação tecnológica**. 2.ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 19, p. 548-559, 2011.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 19, p. 548-559, 2011.

BONFIGLIO, Simoni Urnau; BAZZO, Walter Antonio. **Sobre a educação: perspectivas, interfaces e desafios contemporâneos**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. 142 p. Disponível em: [https://books.google.com.br/books/about/Sobre\\_a\\_educac%C3%A7%C3%A3o\\_perspectivas\\_interfac.html?id=vZj6DwAAQBAJ&source=kp\\_book\\_description&edir\\_esc=y](https://books.google.com.br/books/about/Sobre_a_educac%C3%A7%C3%A3o_perspectivas_interfac.html?id=vZj6DwAAQBAJ&source=kp_book_description&edir_esc=y) Acesso em: 2 jul. 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021. 287 p. Tradução de Renato Aguiar.

DE MASI, Domenico. **A felicidade**. São Paulo: Globo, 2011. Tradução de Maria Margherita de Luca.

DUBAR, Claude. **A crise das identidades: a interpretação de uma mutação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2010. 340 p. (Coleção Obras de Michel Foucault). Tradução Eduardo Brandão.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 25. ed. São Paulo: Edições Graal, 2012. 431 p. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado.

FREIRE, Paulo: Editora Unesp, 2000. 134 p. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo.

LAURETIS, Teresa de. **A Tecnologia do Gênero**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. Cap. 3. p. 206-242. Tradução de Suzana Funck.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 184 p.

NOVÓA, Antônio. **Para um estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente**. Revista Teoria e Educação, Porto Alegre, Pannonica, n. 4, p. 109-139, 1991.

SLOTEDIJK, Peter. **Pós-Deus**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.